

36 BATALHAO DE INFANTARIA MECANIZADO - MEX Estudo**Técnico Preliminar 31/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64101.005333/2025-36

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a necessidade de contratação de serviços comuns de manutenção predial, sob demanda, em imóveis administrados pelo 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado, abrangendo o fornecimento de peças, materiais, equipamentos e mão de obra especializada.

2.2 O 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado tem como missão administrar, conservar e reparar os Próprios Nacionais Residenciais (PNR) da Guarnição de Uberlândia, vinculados ao Exército Brasileiro. Além dessas atribuições, incumbe ao 36º BIMEC a execução de serviços de manutenção, conservação e reparo em suas próprias instalações, de modo a garantir a adequada funcionalidade de sua estrutura administrativa. Tais bens e edificações possuem caráter estratégico, uma vez que são utilizados para fins administrativos e habitacionais, constituindo elemento essencial para viabilizar a política de movimentação de pessoal e assegurar condições adequadas de moradia ao efetivo militar e seus familiares.

2.3 Atualmente, o 36º BIMEC é responsável pela gestão de 4 companhias, 2 pavilhões e imóveis residenciais, sendo 60 casas e um campo de instrução, distribuídos em diversas localidades em Uberlândia-MG. A peculiaridade desses imóveis reside no fato de que a necessidade de manutenção se materializa no momento em que um militar é transferido e desocupa a residência, ocasião em que a unidade habitacional deve ser preparada para receber uma nova família, assegurando condições adequadas de habitabilidade. 2.4 Tal dinâmica gera uma demanda de natureza imprevisível, cuja ocorrência está diretamente vinculada às movimentações de militares. A cada desocupação, a extensão dos serviços necessários varia conforme o estado de conservação do imóvel. Em alguns casos, os serviços restringem-se a pequenos reparos e pintura, em outros, demandam-se intervenções mais complexas, como troca de revestimentos, substituição de esquadrias, recuperação de pisos e execução de reparos hidráulicos e elétricos.

2.5 A imprevisibilidade da demanda decorre de três fatores principais:

- a) Rotatividade: a frequência de manutenção está diretamente associada à movimentação do efetivo militar, não sendo possível determinar com antecedência o número exato de desocupações;
- b) Estado de conservação variável: cada imóvel apresenta condições distintas no momento da entrega, impossibilitando a definição prévia do escopo detalhado dos serviços;
- c) Necessidade de resposta imediata: para assegurar a disponibilidade do imóvel para a nova família, as intervenções devem ocorrer com celeridade, garantindo a continuidade da política habitacional da Força.

2.6 Além dos imóveis residenciais, o 36º BIMEC é igualmente responsável pela manutenção de suas próprias instalações, compreendendo edificações voltadas ao desempenho de atividades administrativas, operacionais e de apoio. A adequada conservação dessas estruturas constitui dever institucional, indispensável à continuidade dos serviços sob responsabilidade do 36º BIMEC e ao cumprimento das determinações superiores do Exército Brasileiro. Ademais, tais instalações possuem caráter estratégico, pois asseguram condições adequadas de trabalho, eficiência na gestão dos recursos públicos e fortalecimento da capacidade operacional do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado no exercício de sua missão institucional.

2.7 Esse cenário evidencia a necessidade de uma solução contratual que assegure a manutenção rápida e eficiente dos imóveis, garantindo condições adequadas de habitabilidade sempre que um militar necessitar de residência oficial. A contratação tem como finalidade promover a eficiência na gestão dos bens imóveis do Exército Brasileiro sob responsabilidade do 36º BIMEC, assegurar o atendimento contínuo às necessidades dos usuários e prevenir a deterioração do patrimônio público. O modelo sob demanda proporciona maior flexibilidade e economicidade, uma vez que os serviços serão executados conforme as necessidades efetivamente identificadas, evitando desperdícios e otimizando a aplicação dos recursos públicos.

2.8 Com essa contratação, o 36º BIMEC almeja assegurar a pronta disponibilidade dos PNR, garantir a qualidade de vida do efetivo e de suas famílias, além de cumprir as normas de padronização de manutenção (Portaria nº 001/2018 – N- PMB 501), em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pelotão de obras	JONATHAN CESAR DIAS DE SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Enquadramento do Objeto

4.1.1 O objeto da contratação deve ser classificado com um serviço comum de engenharia, pelos motivos abaixo elencados.

4.1.2 Os serviços de manutenção predial, objeto que se pretende contratar, demandam a atuação de um técnico responsável pelas edificações, que é responsável por coordenar as atividades e avaliar as intervenções necessárias, sendo que esta atividade é privativa das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, e portanto, se enquadram enquanto serviços de engenharia.

4.1.3 Os serviços de manutenção predial são usuais no ramo da engenharia, e tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, e, portanto, enquadram-se como serviço comum de engenharia. 4.1.4. Além disso, o serviço comum de engenharia não se presta a criar coisa nova, espaço novo ou mesmo trazer significativa mudança na geometria da edificação ou parte dela. São pequenas adequações, reparos, realocações, mas nada que mude a finalidade para qual a edificação foi concebida.

4.2 Natureza dos Serviços:

4.2.1 Os serviços objeto da presente contratação não se caracterizam como serviços contínuos, uma vez que não demandam execução ininterrupta ou periódica ao longo do tempo. Trata-se de serviços de natureza eventual, executados sob demanda, de acordo com necessidades específicas e imprevisíveis que surgem nos imóveis administrados pelo 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado. 4.2.2 A manutenção predial, nas condições ora apresentadas, não possui frequência ou volume previamente definidos, pois está diretamente vinculada a fatores como:

- a) movimentação de militares, que ocasiona a desocupação ou ocupação de imóveis;
- b) desgaste natural das edificações, de intensidade e ocorrência variáveis;
- c) surgimento de falhas ou danos inesperados em instalações e equipamentos.

4.2.3 Dessa forma, não há como estabelecer a continuidade do serviço em caráter permanente ou regular, requisito essencial para o enquadramento como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

4.3 Duração da contratação

4.3.1 Considerando que os serviços objeto da presente contratação possuem natureza não contínua, sua execução será realizada de forma eventual e sob demanda, em função de necessidades específicas e imprevisíveis relacionadas à manutenção dos imóveis administrados pela Prefeitura Militar de Brasília (PMB). Assim, não há prestação periódica ou ininterrupta, mas sim atendimentos pontuais decorrentes de situações concretas, como movimentações de militares, desgaste natural das edificações ou falhas em instalações.

4.3.2 Considerando que os serviços objeto da presente contratação possuem natureza não contínua, sua execução será realizada de forma eventual e sob demanda, em função de necessidades específicas e imprevisíveis relacionadas à manutenção dos imóveis administrados pela Prefeitura Militar de Brasília (PMB). Assim, não há prestação periódica ou ininterrupta, mas sim atendimentos pontuais decorrentes de situações concretas, como movimentações de militares, desgaste natural das edificações ou falhas em instalações.

4.4 Subcontratação

4.4.1 Ao analisar o objeto, as contratações anteriormente realizadas e a realidade da execução contratual, conclui-se que a solução para atendimento da necessidade não deve ser formalmente parcelada. Entretanto, revela-se vantajoso permitir o chamado “parcelamento material”, viabilizado por meio da subcontratação parcial, pois confere maior flexibilidade à execução e possibilita a adoção de estratégias que atendam de forma mais eficiente às demandas específicas, sem comprometer a responsabilidade principal da contratada perante a Administração.

4.4.2 A permissão da subcontratação ampliará a competitividade, permitindo a participação de empresas que não disponham de peças, materiais e equipamentos necessários para a execução de todos os sistemas das edificações, sendo autorizada a subcontratação apenas para suprir essas demandas específicas. Além disso, a execução contratual não será prejudicada, uma vez que, em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução do contrato, cabendo-lhe supervisionar e coordenar as atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, nos termos do modelo de contrato disponibilizado pela AGU.

4.4.3 De toda forma, há de se adotar mecanismos para não se desvirtuar o processo licitatório, razão pela qual entende-se que a subcontratação somente deverá ser permitida mediante autorização da Administração, conforme o caso, através da Fiscalização Técnica do Contrato.

4.4.4 Fica, contudo, vedada a subcontratação total do objeto, bem como a subcontratação da parcela principal, correspondente aos serviços auxiliares e administrativos previstos nas Planilhas de Formação de Preços Referenciais.

4.4.5 A subcontratação, quando admitida, será restrita a atividades operacionais, de apoio ou especializadas não essenciais, devendo ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato e limitada a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado. Não será admitida subcontratação das atividades técnicas e administrativas, essas serão de responsabilidade exclusivas do corpo técnico e administrativo da contratada. Essa limitação visa assegurar que a contratada mantenha capacidade técnica, gerencial e operacional para a execução direta da maior parte do objeto, preservando a qualidade, a segurança e a continuidade dos serviços prestados.

4.5 Garantia da Contratação

4.5.1 Considerando a natureza do objeto contratado, consistente na execução de serviços de manutenção predial, entende-se necessária a exigência de garantia contratual, de modo a resguardar a correta execução dos serviços e assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada.

4.5.2 Adota-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme previsto como regra geral no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não se verificam circunstâncias que justifiquem a majoração do percentual. Tal medida permite à Administração contar com instrumentos de segurança financeira e técnica, sem onerar desnecessariamente a execução contratual, garantindo a regularidade e continuidade dos serviços prestados.

4.6 Requisitos de Qualificação Técnica:

4.6.1 Registro da empresa no conselho profissional.

4.6.1.1 Conforme destacado no inciso V do Art. 67 da Lei 14.133 exige-se, a depender do caso, registro ou inscrição na entidade profissional competente.

4.6.1.2 O objeto da presente licitação refere-se a serviços comuns de engenharia. Ressalta-se que o termo “comum” não exime o executor do empreendimento de sua responsabilidade técnica. Dessa forma, a empresa contratada deverá ser pessoa jurídica devidamente inscrita na entidade de fiscalização profissional competente, que, para esta contratação, restringe-se ao CREA ou CAU, sendo que o responsável técnico deverá obrigatoriamente ser Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista ou Arquiteto, conforme a natureza dos serviços a serem executados.

4.6.1.3 Caso a empresa possua registro em outra localidade, deverá apresentar, no momento da contratação, visto do CREA-MG ou CAU-MG, em plena validade, com indicação de objeto social compatível com o da presente licitação, antes da formalização do contrato

4.6.2 Capacidade técnica operacional (da empresa)

4.6.2.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados de capacidade técnica deve recair sobre as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Embora o dispositivo legal estabeleça como referência objetiva o limite mínimo de 4% do valor total da contratação, a própria norma reconhece que a Administração deve avaliar também a importância técnica de cada parcela para a adequada execução do contrato.

4.6.2.2 No caso em análise, foram considerados os serviços mais críticos para a manutenção predial sob responsabilidade do 36º BIMEC. O método adotado para definir os quantitativos e selecionar os itens para exigência de comprovação técnica foi o seguinte:

a) Levantamento detalhado da demanda:

• Com base no histórico de ordens de serviço e nos levantamentos realizados pela equipe técnica, foram identificadas as atividades mais recorrentes e de maior impacto no funcionamento dos imóveis sob gestão do 36º BIMEC.

b) Classificação por relevância técnica:

• As atividades foram analisadas não apenas sob o ponto de vista financeiro, mas principalmente considerando seu impacto direto na segurança, habitabilidade, continuidade dos serviços públicos e prevenção de riscos estruturais ou operacionais.

• Assim, foram selecionados serviços cuja execução inadequada poderia comprometer seriamente o objeto contratado, mesmo quando seu valor individual é inferior a 4% do valor global.

c) Definição dos quantitativos com base em evidências objetivas:

- Os quantitativos foram obtidos a partir do histórico real de manutenção, utilizando composições de custos do SINAPI/DF para estimar valores e dimensionar recursos necessários.
- Foi estabelecido que os quantitativos são cumulativos, ou seja, caso uma mesma empresa seja vencedora de mais de um item da licitação, ela deverá apresentar atestado de capacidade técnica operacional com quantitativo suficiente para cobrir o somatório dos itens adjudicados, assegurando que a contratada tenha efetiva capacidade de execução em larga escala.
- Cumpre ressaltar que os quantitativos mínimos exigidos nos atestados de capacidade técnica não ultrapassam 50% do total estimado para cada item, em conformidade com o disposto no art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observando-se, assim, os princípios da razoabilidade e da competitividade nas exigências de habilitação técnica.

4.6.2.3 Essa abordagem permitiu vincular a exigência de atestados de capacidade técnica operacional a serviços efetivamente relevantes, garantindo que apenas empresas com experiência comprovada nos itens críticos possam assumir a execução contratual.

4.6.2.4 O critério adotado privilegiou a relevância técnica em detrimento exclusivo do valor financeiro, em conformidade com o espírito do art. 67 da Lei nº 14.133/21, que visa assegurar que a seleção dos licitantes leve em conta a capacidade real de execução do objeto. Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica operacional é proporcional, necessária e juridicamente fundamentada, protegendo o interesse público e reduzindo riscos de inexecução, atrasos ou falhas graves na prestação dos serviços.

4.6.3 Capacidade técnica profissional (do responsável técnico)

4.6.3.1 Em continuidade ao raciocínio anteriormente exposto, para fins de comprovação da capacidade técnica profissional exigir-se-á a demonstração da execução de serviços de maior relevância, definidos pela PMB e descritos na tabela a seguir, por se relacionarem diretamente à segurança, à habitabilidade, à continuidade dos serviços públicos e à prevenção de riscos estruturais ou operacionais. Ressalta-se que não serão exigidos quantitativos mínimos, uma vez que a Administração privilegiará a comprovação da experiência qualitativa e efetivamente pertinente do profissional responsável pela execução da obra ou serviço.

4.6.3.2 As exigências de qualificação técnica mostram-se necessárias para assegurar que o responsável técnico possua experiência comprovada na execução dos serviços, reduzindo riscos de falhas durante a execução contratual. Tal requisito justifica-se diante do vulto dos quantitativos a serem contratados, considerando que eventuais erros poderiam resultar em elevados custos para a Administração. Ressalta-se, ainda, que a qualificação técnica contribui para evitar retrabalhos, promovendo economicidade ao erário e garantindo maior segurança e qualidade na prestação dos serviços aos usuários.

4.7 Sustentabilidade:

4.7.1 A empresa contratada, além de observar os critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverá adotar práticas sustentáveis em conformidade com os parâmetros estabelecidos a seguir, especialmente aqueles indicados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.7.2 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.7.3 Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.

4.8 Vistoria

4.8.1 A contratação em questão envolve serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra, a serem executados em imóveis com diferentes características estruturais, ocupações e estados de conservação.

4.8.2 Para assegurar que os licitantes apresentem propostas tecnicamente adequadas e economicamente compatíveis, é indispensável que conheçam previamente as condições reais dos locais de execução dos serviços.

4.8.3 A vistoria prévia permite identificar peculiaridades construtivas e restrições de acesso, avaliar necessidades específicas de logística, segurança e mobilização de equipe, dimensionar com maior precisão os insumos, equipamentos e prazos de execução, reduzir riscos de reajustes contratuais indevidos ou paralisações por insuficiência de recursos.

4.8.4 Assim, a exigência de vistoria não tem caráter restritivo à competitividade, mas visa proteger o interesse público, garantindo que a contratação seja realizada com propostas realistas e plenamente exequíveis.

4.8.5 Entretanto, para não inviabilizar a ampla participação, admite-se que, caso o licitante opte por não realizar a vistoria, apresente declaração formal assinada pelo responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, assumindo integral responsabilidade por eventuais equívocos no dimensionamento dos serviços.

4.9 Participação de Consórcios

4.9.1 A participação de empresas reunidas em consórcio não será admitida na presente licitação, tendo em vista a baixa complexidade do objeto e a ampla oferta de fornecedores capazes de atender, de forma individual, à totalidade das exigências do Edital.

4.9.2 A vedação encontra respaldo no princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que o objeto não demanda a união de expertises técnicas ou de capacidade operacional que justifique a atuação consorciada. A contratação poderá ser plenamente atendida por empresas individualmente constituídas, já consolidadas no mercado, que possuem plenas condições de cumprir as obrigações contratuais com qualidade e eficiência.

4.9.3 Dessa forma, a vedação à participação em consórcio visa evitar a complexificação desnecessária da licitação, assegurar maior agilidade na contratação e preservar o interesse público, sem restringir a competitividade entre os participantes.

4.10 Regime de Execução:

4.10.1 Considerando que a contratação abrange diferentes tipos de serviços de manutenção e fornecimento de materiais, todos indispensáveis à adequada conservação dos imóveis, a solução foi estruturada em itens específicos, de modo a possibilitar a disputa justa de preços na licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e à adequada contraprestação, conforme as características dos serviços efetivamente executados.

4.10.2 Tendo em vista que não é possível definir previamente, com exatidão, as quantidades de materiais nem a totalidade das atividades a serem demandadas durante a execução contratual, a contratação será realizada por demanda, sob o regime de empreitada por preço unitário.

4.11 Tratamento diferenciado a ME/EPP

4.11.1 Ressalvado o item 7, todos os demais itens apresentam valor estimado inferior a R\$ 4.800.000,00, hipótese em que se aplica o tratamento jurídico diferenciado e simplificado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.11.2 No tocante ao item 7, não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12 Transição Contratual e Encerramento

4.12.1 Considerando que os serviços de manutenção predial são não continuados e executados por demanda, não se faz necessária a transição contratual ou procedimentos formais de encerramento, uma vez que o término do contrato implica a conclusão automática das obrigações assumidas, sem risco de interrupção de serviços essenciais.

4.13 Dispensa de Projetos

4.13.1 Nos termos do artigo 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021, nos serviços comuns de engenharia, a apresentação de projetos pode ser dispensada quando demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, permitindo que a especificação do objeto seja realizada apenas por meio de termo de referência ou projeto básico.

4.13.2 Os serviços de manutenção predial contratados não envolvem a criação de obras novas ou modificações significativas na geometria ou estrutura das edificações, mas sim intervenções usuais, padronizadas, de pequeno porte, que visam preservar a integridade, a funcionalidade e a habitabilidade dos imóveis. Dessa forma, a elaboração e apresentação de projetos executivos completos não se revelam necessárias para garantir a adequada execução dos serviços.

4.13.3 No caso em análise, considerando o material técnico produzido pela Equipe de Planejamento da Contratação, que abrange os Estudos Técnicos Preliminares, Planos de Manutenção Predial e Planilhas Orçamentárias Sintéticas dos 6 itens, contendo serviços com preços unitários referenciados no SINAPI, verifica-se que o Termo de Referência apresenta nível de detalhamento técnico adequado e suficiente para assegurar a correta execução contratual, suprimindo integralmente os requisitos de um projeto básico.

4.13.4 O documento contempla de forma clara e objetiva as especificações dos serviços e materiais, métodos construtivos, prazos de execução, critérios de medição e pagamento, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT, SINAPI e demais legislações pertinentes). Ademais, estabelece mecanismos eficazes de fiscalização e controle, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos ao longo de toda a execução contratual.

4.13.5 A experiência consolidada do 36º BIMEC na gestão e fiscalização das manutenções prediais, bem como o histórico de contratações similares com sucesso nos últimos anos, reforçam a confiabilidade da metodologia adotada. O modelo sob demanda, com ordens de serviço específicas, proporciona flexibilidade para atender a demandas imprevisíveis, otimizando recursos e garantindo agilidade e qualidade na prestação dos serviços.

4.13.6 Dessa forma, em conformidade com o disposto no artigo 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação encontra-se devidamente amparada nos elementos técnicos apresentados. Resta demonstrado que a opção pela especificação por meio de Termo de Referência não acarreta

qualquer prejuízo técnico ou operacional, assegurando plena capacidade de aferição da qualidade, do desempenho e da conformidade dos serviços a serem executados.

4.14 Building Information Modelling – BIM

4.14.1 Não se aplica ao objeto desta contratação, a exigência de Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM), prevista no Decreto 10.306/2020 e no artigo 19, §3º, da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que a modelagem em BIM é meio e não fim para o objeto a ser contratado. Os serviços de manutenção predial não se prestam a grandes intervenções ou modificações de layout, são adequações pontuais que não merecem destaque ao ponto de contratar profissional especializado ou exigir que a empresa realize as-built, de prancha, desenho ou BIM e, ainda que fosse fugiria do escopo da contratação pois para este contrato não pode ser exigido da empresa a elaboração de projeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em conformidade com o Acórdão nº 2339/2016 – Plenário do TCU, foram analisados os modelos de contratação de manutenção predial usualmente empregados na Administração Pública, considerando suas características, vantagens e desvantagens, com vistas a identificar aquele que melhor se adequa à realidade do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

5.1.1 **Modelo 1 – Postos de Trabalho (PT):** Nesse modelo, a Administração contrata funcionários da empresa prestadora que ficam “residentes” (alocados continuamente) no local, seguindo rotinas de manutenção predial. Os tipos e quantidades de profissionais são definidos e pagos fixamente, porém os materiais necessários são comprados separadamente por contratos próprios.

- **Vantagens:** Equipe residente garante disponibilidade imediata para manutenção contínua, agilizando ações corretivas; maior controle sobre rotinas e qualidade do serviço pela administração; boa opção para demandas frequentes e recorrentes.
- **Desvantagens:** Risco de ociosidade dos profissionais caso a demanda seja menor que o previsto, gerando custos excessivos; administração pode assumir responsabilidades trabalhistas e previdenciárias (subsidiária/solidária), exigindo fiscalização rigorosa; materiais não estão incluídos; há necessidade de contratos separados para insumos.

5.1.2 **Modelo 2 – Postos de Trabalho com Materiais (PT + MAT):** Semelhante ao anterior, mas além da mão de obra, os materiais usados na manutenção também são fornecidos e pagos à empresa prestadora, segundo levantamento realizado pelo órgão.

- **Vantagens:** Inclui fornecimento dos materiais, reduzindo a necessidade de contratos paralelos e aumentando praticidade; Mais fácil programar e controlar o orçamento com mão de obra e insumos concentrados.
- **Desvantagens:** Continua havendo risco de contratação inadequada tanto de mão de obra quanto de materiais (quantidade superior/inferior à real necessidade), ocasionando desperdícios ou falhas; Responsabilidade trabalhista permanece relevante para a administração; Maior complexidade de fiscalização e de controle dos materiais empregados.

5.1.3 **Modelo 3 – Serviços Sob Demanda (SV):** O órgão contrata manutenção apenas quando precisa (serviços técnicos pontuais, não contínuos), e os empregados da empresa não ficam alocados permanentemente no local. O pagamento é feito conforme cada serviço efetivamente prestado, incluindo materiais, tornando a fiscalização mais rigorosa quanto à qualidade do que foi entregue.

- **Vantagens:** Flexibilidade, contrata apenas o que for necessário, pelo tempo preciso, evitando custo fixos elevados; administração não assume encargos trabalhistas, pois não há equipe residente; pagamento vinculado à prestação efetiva, ideal para serviços esporádicos ou imprevisíveis; elimina o ônus de equipes ociosas; flexibilidade operacional e facilidade de medição por OS; modelo amplamente utilizado por órgãos da administração pública.
- **Desvantagens:** Maior necessidade de fiscalização sobre qualidade e quantidade dos serviços e materiais entregues; Pode sair mais caro se o serviço for constante, já que o pagamento é por evento executado; Ausência de profissionais permanentes pode atrasar resposta em emergências.

5.1.4 **Modelo 4 – Postos de Trabalho, Materiais e Serviços (PT + MAT + SV):** Combinação dos dois anteriores, permitindo que certos tipos de profissionais fiquem residentes, enquanto outros são contratados apenas sob demanda juntamente com materiais. É necessário levantar detalhadamente quais serviços precisam ser feitos continuamente (justificando postos fixos) e quais podem ser somente eventuais, pois usar o modelo errado pode custar mais caro ou gerar ociosidade.

- **Vantagens:** Combina estabilidade (postos fixos) e flexibilidade (serviços sob demanda), ideal para cenários variados de manutenção predial; Permite calibrar o contrato conforme tipos de serviço: residentes para demandas contínuas e sob demanda para picos ou tarefas especiais; Facilita ajuste conforme variações nas necessidades do edifício.
-

Desvantagens: Demanda extremo rigor no levantamento e planejamento das necessidades para evitar gastos excessivos ou faltas; Modelo mais complexo para administrar, exigir fiscalização tanto de mão de obra, materiais e serviços; Risco dobrado de falhas caso a divisão entre o que é contratado como fixo ou sob demanda não seja bem dimensionada.

5.2 Após análise técnica e vistoria prévia dos imóveis sob responsabilidade do 36º BIMEC, foi constatado o seguinte:

5.2.1 A demanda por manutenção são de natureza variável e imprevisível, pois depende da movimentação de militares e do estado de conservação dos imóveis, não sendo possível definir previamente o volume de serviços necessários para cada período.

5.2.2 Permite resposta imediata às necessidades, já que a execução ocorre conforme cada solicitação, agilizando o preparo dos imóveis para novo uso e otimizando a ocupação dos bens.

5.2.3 Evita custos fixos elevados e ociosidade de recursos humanos, contratando e pagando apenas pelos serviços efetivamente realizados, o que reduz significativamente os custos com mão-de-obra e insumos em comparação a modelos de equipe residente.

5.2.4 Inclui o fornecimento de peças, materiais e equipamentos, tornando a gestão contratual mais simples e concentrada em um único fornecedor, de acordo com as melhores práticas já utilizadas por outros órgãos públicos.

5.2.5 Garante a flexibilidade necessária para situações inesperadas, como grandes reparos após intempéries e para demandas de pequena ou grande complexidade, conforme cada caso identificado.

5.3 Diversos órgãos públicos já demonstraram, por meio de estudos técnicos e experiências concretas, que a manutenção predial sob demanda, com fornecimento completo de materiais e prestação de serviços somente quando necessário, oferece importantes ganhos de flexibilidade, agilidade e economia, especialmente para demandas imprevisíveis e variáveis como as do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

5.4 Órgãos como a Polícia Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e administrações estaduais vêm estruturando contratações em moldes semelhantes, utilizando o SINAPI como referência de preços e vinculando os pagamentos apenas aos serviços efetivamente executados. Além disso, a modalidade permite maior flexibilidade para adequações contratuais e garante o atendimento tempestivo de demandas emergenciais.

5.5 Assim, constatou-se que o modelo “Serviços Sob Demanda (SV)” é a opção mais vantajosa, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, atendendo de forma mais adequada ao perfil da demanda apresentada. Essa modalidade assegura eficiência, flexibilidade e economicidade, especialmente em situações em que a demanda é influenciada por fatores externos e imprevisíveis, como a rotatividade dos moradores e o estado variável das unidades. Ademais, o modelo está alinhado as recomendações dos Acórdãos do TCU 2339/2016 e 2573/2019 - Plenário.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, incluindo o fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, a serem executadas sem regime de dedicação exclusiva, nos imóveis administrados pelo 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

6.2 A execução dar-se-á mediante ordens de serviço (OS) emitidas pela Administração, de acordo com a necessidade e prioridade dos serviços, o que permite maior controle, flexibilidade e adequação às demandas efetivas. Dessa forma, os custos incidirão apenas sobre as atividades efetivamente realizadas, evitando despesas com equipes ociosas ou quantitativos superestimados.

6.3 Os serviços contratados incluem, entre outros, reparos e manutenções em cobertura, calhas, pisos, vidro temperado, forro PVC, concretagem, esquadrias e demais sistemas prediais necessários ao funcionamento seguro e adequado dos imóveis sob responsabilidade do 36º BIMEC. Para tanto, a contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados, equipamentos adequados e todos os insumos necessários à execução, observando as normas técnicas pertinentes.

6.4 A opção pela contratação sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, justifica-se tecnicamente e economicamente por assegurar:

a) Eficiência e racionalidade: pagamento restrito a serviços efetivamente executados, sem custos fixos desnecessários;

- b) Flexibilidade operacional: atendimento tempestivo a demandas emergenciais e imprevisíveis, inclusive decorrentes de acidentes ou intempéries;
- c) Controle e fiscalização aprimorados: possibilidade de aferição dos serviços por OS e medição após a execução;
- d) Alinhamento às práticas do setor público: modelo amplamente adotado em órgãos federais e estaduais, em consonância com recomendações dos órgãos de controle;

6.5 Assim, a solução escolhida garante a obtenção dos resultados pretendidos, a manutenção satisfatória dos imóveis sob responsabilidade da PMB, com economicidade, transparência e segurança, além de favorecer a competitividade entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6.6 Modalidade de licitação, critério de julgamento da proposta e modo de disputa

6.6.1 Considerando que o objeto em questão refere-se à contratação de serviços comuns de engenharia, consistentes na execução de manutenção predial, sob demanda, em imóveis administrados pelo 36º BIMEC, verifica-se a adequação da utilização da modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis. A escolha do Pregão se justifica por se tratar de serviços comuns de engenharia, cujas especificações podem ser descritas de forma objetiva no edital, sem a necessidade de soluções técnicas complexas, o que possibilita maior competitividade e celeridade processual.

6.6.2 No que tange ao critério de julgamento, adota-se o Maior Desconto aplicado sobre o preço referencial global estimado dos serviços objeto da contratação. O desconto percentual proposto pelo licitante será aplicado de forma uniforme e linear sobre cada item que compõe o orçamento estimado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Acórdão 1354/2025 do Plenário do Tribunal de Contas da União. Este critério proporciona maior transparência e objetividade na comparação entre as propostas apresentadas, simplificando o processo de análise e assegurando a seleção da proposta que ofereça a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública. Ademais, promove ganhos econômicos diretos e estimula a competitividade entre os fornecedores.

6.6.3 Para elaboração das propostas, deverá ser considerada obrigatoriamente as tabelas referenciais do SINAPI de Belo Horizonte -MG, vinculada à data base do orçamento estimado, conforme planilhas disponibilizada pela Administração.

6.6.4 Quanto ao modo de disputa, recomenda-se a adoção do modo aberto/fechado, em conformidade com a praxe desta organização Militar em procedimentos licitatórios anteriores. Essa modelagem confere maior equilíbrio à competitividade do certame, mitigando o risco de lances excessivamente agressivos que possam comprometer a exequibilidade das propostas e, por consequência, a adequada execução contratual.

6.7 Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)

6.7.1 Conforme o disposto no art. 85, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 3º, parágrafo único, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023, a Administração Pública poderá adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a execução de obras e serviços de engenharia, desde que exista projeto padronizado, sem complexidade técnica ou operacional, e que a demanda seja de natureza permanente ou frequente.

6.7.2 Em consonância com as Normas de Padronização para Manutenção dos PNRs da PMB (Portaria nº 001, de 1º de outubro de 2018) e com os Planos de Manutenção Predial, ambos constantes dos autos, justifica-se a adoção do SRP para a contratação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, pelos seguintes fundamentos técnico-jurídicos:

- a) Natureza rotineira e imprevisibilidade da demanda: A manutenção dos PNR caracteriza-se por ser frequente, porém com quantidade e periodicidade imprevisíveis, uma vez que os serviços dependem do estado de conservação dos imóveis no momento da desocupação, variando de pequenos reparos a intervenções mais complexas. Tal característica inviabiliza a definição prévia exata de quantidades e escopos, tornando o SRP a solução mais adequada por permitir flexibilidade e atendimento tempestivo às necessidades reais.
- b) Conformidade legal: O Decreto nº 11.462/2023 autoriza a utilização do SRP para contratações rotineiras ou quando não for possível estimar previamente as quantidades exatas a serem demandadas (art. 3º, incisos I e V). Assim, a adoção desse instrumento assegura plena conformidade com o arcabouço normativo vigente, garantindo a segurança jurídica do procedimento.
- c) Eficiência administrativa e economicidade: O SRP proporciona ganhos operacionais relevantes, permitindo a aquisição parcelada e sob demanda, sem a necessidade de instaurar sucessivos procedimentos licitatórios para atendimentos pontuais. Essa modelagem confere agilidade e racionalização administrativa, assegurando respostas mais céleres às necessidades de manutenção dos imóveis do 36º BIMEC.
- d) Segurança técnica e controle: O planejamento técnico está fundamentado em plano de manutenção atualizado e vistorias prévias dos imóveis, assegurando detalhamento adequado dos serviços e quantitativos. Tal estrutura técnica proporciona maior controle da execução contratual e mitigação de riscos.

6.7.3 Diante do exposto, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra-se devidamente justificada pela natureza dos serviços, pela imprevisibilidade da demanda e pela existência de planejamento técnico e padronização adequados. A medida assegura economicidade, eficiência, agilidade e segurança jurídica na prestação dos serviços de manutenção predial dos imóveis residenciais sob responsabilidade do 36º BI MEC,

atendendo integralmente aos requisitos previstos no art. 85, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 3º, parágrafo único, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

6.7.4 Sobre a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), esclarece-se que a mesma será realizada, a fim de autorizar a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública na Ata de Registro de Preços.

6.7.5 Com relação à adesão posterior de órgãos e entidades à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, esta não será admitida, considerando que os serviços contratados possuem características específicas e destinam-se exclusivamente a atender às demandas das Unidades Participantes.

6.8 Justificativa resumida para inclusão do benefício do Simples Nacional no edital

6.8.1 A Lei Complementar nº 123/2006 institui o Simples Nacional, regime tributário favorecido destinado a micro e pequenas empresas, e prevê no art. 17, § 1º, as atividades impeditivas para enquadramento, as quais não incluem os serviços comuns de engenharia objeto desta licitação. O objeto contempla prestação de serviços sob demanda, manutenção predial e fornecimento de materiais, atividades compatíveis com os Anexos III ou IV da Lei, conforme proporção entre folha de pagamento e faturamento (Fator R).

6.8.2 Os serviços descritos não se enquadram nas vedações legais para o Simples Nacional e, portanto, é legal e justificável permitir que micro e pequenas empresas optantes desse regime participem do certame. Essa previsão no edital favorece a competitividade, amplia o número de participantes e respeita o tratamento diferenciado previsto constitucionalmente para MEs e EPPs.

6.8.3 Em suma, não há impedimento legal para que o objeto da contratação seja atendido por empresas enquadradas no Simples Nacional, justificando a adoção dessa previsão na minuta do edital.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade de material a ser contratada está baseada no histórico de demandas do exercício anterior observadas por esta seção requisitante, e por eventuais novas demandas não atendidas pela licitação anterior, em razão de haver necessidade dos serviços a serem disponibilizados para reforma de bens imóveis do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado. A estimativa, abaixo registrada, tem como parâmetro o consumo do ano anterior na sede desta OM.

Nr	Descrição	Unidade	Valor referência	Quantidade consumida em 2024	Quantidade solicitada	valor total
1	Construção / Manutenção / Reforma - Telhado	m²	R\$ 277,71	0	1500	R\$ 416.565,00
2	Confecção / Instalação - Calha	m	R\$ 269,41	0	600	R\$ 161.646,00
3	Instalação / Manutenção / Remoção - Piso em Geral (Exceto madeirados)	m²	R\$ 172,08	524	400	R\$ 68.832,00
4	Instalação/ Manutenção de Vidro Temperado/ Laminado/Cristal / Acrílico /Em Porta / Janela / Caixa	m²	R\$ 406,00	0	100	R\$ 40.600,00
5	Instalação - Forro Pvc	m²	R\$ 90,06	0	500	R\$ 45.030,00
6	Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brita E Água , Resistência: 30 Mpa , Tipo Concreto: Bombeável	Metro Cúbico	R\$ 818,76	0	96	R\$ 78.600,96

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 811.273,96

- 8.1 Valor (R\$): 811.273,96
- 8.2 Após a pertinente e necessária pesquisa de mercado para levantamento de preços tem-se como valor estimado da contratação R\$ 811.273,96 (Oitocentos e onze mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos.).
- 8.3 O Relatório de Pesquisa de Preços se encontra anexo a este ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em busca de eficiência, competitividade e de economicidade, esta equipe de planejamento entende que é melhor agrupar os itens em grupos, conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	UND
1	Construção / Manutenção / Reforma - Telhado m²	
2	Confecção / Instalação - Calha m	
3	Instalação / Manutenção / Remoção - Piso em Geral (Exceto madeirados) m²	
	Instalação/ Manutenção de Vidro Temperado/ Laminado/Cristal / Acrílico /Em Porta / 4 Janela / Caixa	m²
5	Instalação - Forro Pvc	m²
	Concreto Usinado Componentes: Cimento, Areia, Brita E Água , Resistência: 30 Mpa , 6 Tipo Concreto: Bombeável	m³

- 9.2 As justificativas para o parcelamento da solução compreendem:
- 9.2.1 Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, leva a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.
- 9.2.2 É tecnicamente viável dividir a solução, tendo em vista que isto já é feito na maioria das licitações dos Órgãos Públicos.
- 9.2.3 É economicamente viável dividir a solução, pois pode aumentar a disputa, com consequente diminuição desperços.
- 9.2.4 Não há perda de escala ao dividir a solução.
- 9.2.5 Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1 A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar refere-se à prestação de serviços, compreendendo manutenção, instalação e reforma predial, conforme previsto no **Plano de Contratações Anual (PCA)** do 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado (36º BIMec). Esta iniciativa tem como finalidade garantir a **segurança estrutural, a funcionalidade das instalações e a continuidade das atividades administrativas, logísticas e operacionais da Unidade.**
- 11.2 A necessidade da contratação está diretamente relacionada à **manutenção das condições adequadas de uso e segurança das edificações**, o que é essencial para o cumprimento das missões institucionais e para a preservação da integridade física do efetivo, dos equipamentos e dos recursos públicos. A atuação do 36º BIMec depende de ambientes estruturados, funcionais e salubres.
- 11.3 A demanda foi identificada e consolidada pelas seções técnicas responsáveis, com base em vistorias e levantamentos internos, e está em **total conformidade com o planejamento anual de contratações**. O alinhamento com o PCA visa não apenas à preservação das instalações militares, mas também ao **uso racional de recursos públicos e à prevenção de paralisações nas atividades operacionais.**
- 11.4 A execução desta contratação representa uma medida **preventiva e estratégica**, que assegura a conservação da infraestrutura, evita deteriorações que possam exigir soluções emergenciais mais onerosas e contribui para a continuidade da capacidade operacional da Unidade em situações de prontidão e mobilização.

11.5 Para atingir seus objetivos institucionais e contribuir de forma eficaz com as diretrizes da **3ª Brigada de Infantaria Motorizada**, o 36º BIMec planejou esta contratação como parte de um esforço coordenado para garantir os **meios técnicos e logísticos necessários à execução plena de suas funções**, especialmente na região de Uberlândia e áreas de responsabilidade atribuídas ao Batalhão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos serviços de construção, manutenção, reforma e instalação predial trará uma série de benefícios diretos e indiretos à organização, destacando-se:

a) Preservação da infraestrutura predial:

Manter a integridade física das edificações da Unidade evita o agravamento de danos estruturais e assegura a conservação do patrimônio público. **b) Melhoria das condições de trabalho e habitabilidade:**

Ambientes adequadamente mantidos, com telhados estanques, pisos nivelados, forros instalados, sistemas elétricos seguros e iluminação adequada, proporcionam melhores condições de conforto, segurança e desempenho às equipes militares e civis. **c) Aumento da segurança operacional:**

A correção de falhas em sistemas elétricos e estruturais reduz significativamente os riscos de acidentes, curtos-circuitos, infiltrações, desabamentos e outros eventos que podem comprometer a integridade física de pessoas e equipamentos.

d) Eficiência na utilização de recursos públicos:

A manutenção preventiva reduz a necessidade de intervenções emergenciais, que geralmente apresentam maior custo e menor planejamento. A contratação planejada permite a gestão racional dos recursos orçamentários.

e) Continuidade das atividades administrativas e operacionais:

Com as instalações em boas condições, evita-se a interrupção de serviços essenciais da Unidade, mantendo-se a capacidade de pronta resposta e de atendimento às demandas da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada e do Comando Militar do Planalto. **f) Adequação às normas técnicas e legais:**

A execução dos serviços conforme normas da ABNT, legislação de segurança e diretrizes ambientais garante a conformidade legal da organização perante os órgãos de controle.

g) Valorização do ambiente militar:

A conservação dos espaços institucionais reflete diretamente na imagem da Unidade, na moral da tropa e no respeito ao patrimônio público.

12.2 Dessa forma, a contratação não apenas atende a uma necessidade operacional concreta, como também contribui para a **gestão eficiente, segura e sustentável** da infraestrutura militar, fortalecendo a capacidade funcional do 36º BIMec.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 As providências a serem adotadas pela Administração, previamente à celebração do contrato, incluem o trabalho prévio à contratação que ora é realizado, bem como, pautado no princípio da juridicidade, a seleção criteriosa das futuras contratadas mediante a realização do certame e, em especial, a assertiva fiscalização do contrato a ser realizado por agentes formalmente designados, que deverão possuir a capacitação para fiscalização e gestão contratual.

13.2 Para tanto, vislumbra-se ainda que, inexoravelmente, haverá a necessidade da dotação de recursos financeiros para fazer face às demandas para a continuidade das atividades ordinárias e extraordinárias desta OM.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 O setor da construção civil de modo geral causa diversos impactos ambientais, como a geração de resíduos, o consumo de recursos naturais para a produção de insumos, mudanças no solo, áreas de sol e vegetação, reflexos no aumento do consumo de água, energia elétrica, entre outros.

14.2 Considerando o fato de que os serviços de manutenção predial visam prioritariamente o reparo de estruturas já existentes, não há previsão de grandes impactos ambientais em decorrência da execução dos serviços. Contudo, a fim de resguardar a sustentabilidade e eficiência da contratação foram estabelecidos critérios e práticas de sustentabilidade no item 4.

14.3 Os possíveis impactos ambientais se limitam a eventuais consequências causadas pelo descarte de resíduos sólidos oriundos da execução dos serviços de manutenção. Entretanto, as orientações ambientais a serem observadas na execução do objeto foram apresentadas no item 4 referente à Descrição dos Requisitos da Contratação.

14.4 A Classificação dos Resíduos da Construção Civil (RCC) são aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil e os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

14.5 Pela Resolução CONAMA 307/2002, o gerador é responsável pelo gerenciamento desses resíduos, sendo obrigatória a segregação de diferentes classes e seu encaminhamento para reciclagem e disposição final adequada, devendo observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução ora descrita é tecnicamente viável e fundamentalmente necessária. Os preços dos serviços encontram-se definidos, a demanda está claramente especificada e há empresas aptas para sua execução. Ademais, pregões com o mesmo objeto, realizados pelo 36º Batalhão de Infantaria Mecanizado, têm obtido resultados **satisfatórios** ao longo dos últimos cinco anos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JONATHAN CESAR DIAS DE SOUZA

Equipe de apoio

JOSE RICARDO PEPATO

Equipe de apoio